

EMENDA Nº - CMMPV 746 / 2016

(à MPV nº 746, de 2016)

Suprimam-se as alterações trazidas pelo art. 1º da Medida Provisória (MPV) nº 746, de 22 de setembro de 2016, no que se refere ao § 5º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dê-se ao § 8º do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na forma do referido art. 1º, a seguinte redação:

“**Art. 36.**.....

.....
§ 8º Será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Considerando as dimensões continentais do País e a multiplicidade do caldeirão cultural brasileiro, julgamos apropriado garantir que a língua estrangeira moderna a ser ministrada, em caráter obrigatório, a partir do sexto ano do ensino fundamental, não seja necessariamente o inglês, mas que seja escolhida pela comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição, nos termos da redação anterior à edição da MPV nº 746, de 22 de setembro de 2016, dada à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB). Segundo nosso entendimento, em que pese a relevância da língua inglesa na comunicação mundial, é importante considerar as diferenças entre as localidades e não estabelecer uma primazia apriorística, sem considerar as peculiaridades de determinada realidade.

É o caso dos Estados e municípios que fazem fronteira com países de língua espanhola. Parece-nos que, nessa situação específica, pode ser muito mais interessante, sob o ponto de vista da realidade dos cidadãos



que ali vivem e que transitam entre um país e outro, que a língua a ser obrigatoriamente ministrada seja o espanhol, e não o inglês.

Em suma, como País soberano e democrático, não nos cabe obrigar o ensino da língua inglesa, mas estimular o ensino estruturado e consistente de uma língua estrangeira moderna que realmente seja significativa para o educando, a partir das condições específicas que vivencia.

Sala da Comissão,

Senador WILDER MORAIS



SF/16714.97332-11